4 de julho: data mundial

» JOSÉ SARNEY
Ex-presidente da República, escritor e imortal da Academia Brasileira de Letras

Amanhã, dia 4 de julho, os Estados Unidos comemoram 250 anos da declaração de sua independência. Digo que é uma data significativa da História do mundo. Não pelo que diz respeito à separação de um país de outro, criando uma nação, mas pela sua Declaração de Independência, na qual foram fixados os conceitos de direitos humanos surgidos na Revolução Francesa e tornados objetivos e profundos, de modo a deflagrar uma revolução mundial que consolidou os ideais de liberdade. Não resisto a transcrever o preâmbulo dessa Declaração, aprovado na sessão do II Congresso Continental, em Filadélfia, em 2 de julho de 1776: Consideramos estas verdades como evidentes por si mesmas: que todos os homens são criados iguais, que são dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, entre os quais estão a vida, a liberdade e a busca da felicidade. Que, para garantir esses direitos, governos são instituídos entre os homens, derivando seus justos poderes do consentimento dos governados. Que, sempre que qualquer forma de governo se torne destrutiva desses fins, é o direito do povo alterá-la ou aboli-la e instituir um novo governo, lançando seus fundamentos sobre os princípios e organizando seus poderes das formas que lhes pareça mais adequada para proporcionar sua segurança e felicidade.

Essa declaração foi escrita originalmente por Thomas Jefferson, esse homem extraordinário, que tanta contribuição e exemplo deu à política e aos políticos do mundo inteiro durante estes dois séculos e meio. O presidente Kennedy quando fazia uma homenagem aos premiados do Nobel, reunindo grandes nomes da cultura, na Casa Branca, em Washington, disse: "Hoje é o dia em que esta Casa recebe a maior quantidade de inteligência do mundo, exceto quando, como presidente dos Estados Unidos, Thomas Jefferson meditava sozinho nesta sala". Essa era a avaliação da grandeza desse homem.

Em 28 de junho de 1776, Jefferson submeteu sua proposta de declaração a John Adams e Benjamin Franklin, seus companheiros de comitê de redação. Desde o dia 7 de junho, o Congresso discutia a proposta de Richard Henry Lee de que fosse feita uma declaração de que os Estados Unidos da América eram independentes. Aprovado em 2 de julho, pelo voto unânime de 12 delegações — Nova York se absteve —, o texto foi aprovado com cortes.

O Congresso retirou um quinto do texto de Jefferson, inclusive um que denunciava o rei pelo tráfico de escravos e pela escravidão. Pelo resto da vida Thomas Jefferson lamentou essa poda e responsabilizava essa decisão por muitos dos problemas futuros dos EUA.

Lembro que, no Brasil, José Bonifácio também lamentava que a nossa independência não tivesse resolvido o problema indígena e o da escravidão. Ele explicava que o primeiro passo era acabar com a política de enfrentamento que existia e a sangrenta e sistemática matança dos índios. A relativa à escravidão também não era menor, responsável pelo sofrimento e pela constante tortura dos pretos, além da política de considerá-los "coisa", objeto de propriedade; propunha a emancipação progressiva, uma reforma agrária para lhes dar condições de vida autônoma e sua educação.

José Bonifácio concluía seu pensamento dizendo que "nossa independência não se completou porque não resolveu estes dois problemas".

Mais sobre a data de 4 de julho, 250 anos da Declaração de Independência americana: sabemos que, a partir dessa data, saiu do continente americano, do Novo Mundo, o país que iria divulgar os ideais de liberdade, dos direitos humanos, como apanágio de todos que desejam viver livres e que abominam todos os autoritarismos e regimes de força.

Por isso, lamentamos a presidência atual de Donald Trump, rompendo com a missão messiânica de sua pátria, ao mudar a destinação dos Estados Unidos, seu histórico exemplo de liberdade, de respeito aos direitos humanos e pregar a negação desses princípios que mudaram o mundo e continuarão mudando.

Nossa admiração pelos Estados Unidos, por esses ideais que nos inspirarão permanentemente, se sustenta na esperança de que essas distorções atuais passarão.

Ao finalizar estas linhas, não posso deixar de dizer que minha mãe nasceu em 4 de julho de 1911 e, amanhã, completaria 115 anos — dela permanece uma saudade que não passa e um amor de mil anos.

Caio Gomez

Quando a violência política contra as mulheres adoece a democracia

» MARIA FÁTIMA SOUSA
Professora titular do Departamento de Saúde Coletiva da UnB e ex-superintendente do Hospital Universitário da Universidade de Brasília (HUB)

A violência contra a mulher não se manifesta apenas nos lares, nas ruas ou nas estatísticas do feminicídio; também se instala em gabinetes, plenários, universidades, conselhos, repartições públicas, sindicatos, partidos políticos e em todos os espaços onde mulheres ousam exercer liderança, inteligência, autonomia e poder. Trata-se de uma enfermidade social crônica, estrutural e multifatorial, que compromete a saúde da democracia e corrói os fundamentos éticos da vida coletiva.

Na política e em outros espaços instituídos, essa violência assume formas silenciosas e destrutivas, revelando-se na tentativa de desqualificar a competência feminina, no ataque à aparência física, na interrupção da fala, na subestimação da capacidade de compreensão, no isolamento, na exclusão dos processos decisórios, na desconfiança sobre a liderança das mulheres e nas campanhas de difamação que buscam destruir reputações construídas ao longo de décadas.

A mulher que ocupa espaços de poder frequentemente passa a ser tratada como um "corpo estranho" dentro de estruturas organizadas para privilegiar a presença masculina. Mas é preciso reconhecer que essa lógica também pode ser reproduzida por mulheres que, ao alcançarem posições de mando, administram com as normas do machismo estrutural, promovem homens que vestem gravatas democráticas sobre camisas manchadas pela violência ou se aliam a falsas narrativas de defesa dos nossos direitos. Em termos da saúde coletiva, é como se instituições inteiras rejeitassem um transplante necessário à sobrevivência democrática.

A violência política de gênero opera como uma epidemia social naturalizada. Seus vetores múltiplos passam por machismo estrutural, misoginia, cultura patriarcal, desigualdade econômica, concentração histórica de poder, abuso do poder econômico e patrulhamento ideológico; sintomas que aparecem na linguagem agressiva, no assédio moral, no etarismo, nas ameaças virtuais, na invisibilização intelectual e na tentativa permanente de silenciamento, práticas que adoecem mulheres que se dispõem a ocupar a vida pública.

Nesse cenário, ansiedade, depressão, esgotamento psíquico e sofrimento moral tornam-se consequências frequentes de relações institucionais violentas. Em diversas situações, o ataque não mira apenas a mulher líder, mas também sua família, sua trajetória acadêmica ou política, sua vida privada e sua identidade social. Trata-se de uma estratégia de intimidação coletiva que pune uma mulher para impedir que outras avancem.

No campo da saúde coletiva, ensinamos e aprendemos que não se combate uma epidemia apenas tratando suas consequências, faz-se necessário agir sobre seus determinantes sociais. O mesmo ocorre com a violência contra as mulheres na política e nos espaços de poder em que não bastam discursos protocolares em datas comemorativas, mas, sim, construir mecanismos permanentes de prevenção, vigilância, acolhimento e responsabilização.

A primeira estratégia de superação dessa doença social é a educação, vacina civilizatória contra o autoritarismo e a misoginia. Nenhuma sociedade supera a violência de gênero sem formar crianças e jovens para a cultura do respeito, da igualdade, da convivência democrática, da promoção da paz e da não violência. A segunda, é fortalecer redes institucionais de proteção às mulheres em partidos políticos, universidades, parlamentos, hospitais e unidades de saúde, sindicatos e outras redes, com protocolos e diretrizes de enfrentamento ao assédio e à violência política de gênero. É preciso romper o silêncio institucional que funciona como ambiente propício à proliferação dessa patologia social.

Também é urgente ampliar a presença feminina nos espaços de decisão, pois democracias saudáveis necessitam de diversidade, pluralidade e participação efetiva das mulheres na formulação das políticas públicas. Quando ocupamos posições de liderança, ampliam-se agendas relacionadas ao cuidado, à equidade, à proteção social e à defesa da vida.

No vocabulário da saúde coletiva, sociedades mais igualitárias possuem melhores indicadores de saúde democrática. Já os ambientes marcados pela misoginia institucional revelam sinais de necrose ética, intolerância e degradação das relações humanas. A violência contra as mulheres na política não é um problema individual. É uma doença social que compromete as instituições, enfraquece a democracia e empobrece o debate público.

Combatê-la exige coragem coletiva, compromisso ético e ação permanente, pois nenhuma mulher deve ser atacada por exercer liderança e/ou capacidade em gerir os bens públicos. Não podemos continuar pagando, com sofrimento psíquico, humilhação e violência, o preço de ocupar espaços que também nos pertencem por direito e por conquistas históricas. Uma sociedade verdadeiramente saudável não teme suas mulheres fortes, reconhece nelas parte essencial da cura civilizatória de que o mundo contemporâneo tanto necessita.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha // *circecunha.df@dabr.com.br*

O Ocidente e sua encruzilhada

Em 1918, quando a Primeira Guerra Mundial ainda lançava sua sombra sobre a Europa, o historiador e filósofo alemão Oswald Spengler publicou *O declínio do Ocidente*. A obra causou espanto porque contrariava a crença, então dominante, de que a civilização europeia caminhava rumo a um progresso ilimitado. Para Spengler, as civilizações comportavam-se como organismos vivos: nasciam, amadureciam, envelheciam e, inevitavelmente, entravam em declínio. O Ocidente, segundo ele, já havia ultrapassado seu auge criativo e ingressado na fase da civilização burocrática, materialista e tecnocrática.

Mais de um século depois, suas ideias voltaram ao centro dos debates. Não porque suas conclusões devam ser aceitas como verdades incontestáveis, mas porque diversos fenômenos contemporâneos parecem dialogar com suas preocupações. A crescente polarização política, a perda de confiança nas instituições, a fragmentação cultural, os conflitos geopolíticos e a crise demográfica em diversas sociedades ocidentais alimentam novamente a pergunta: estaria o Ocidente vivendo um processo de desgaste histórico?

Spengler afirmava que toda grande cultura nasce de uma visão espiritual do mundo. Enquanto essa força permanece viva, florescem a filosofia, a arte, a ciência e a religião. Quando essa energia se esgota, a criatividade cede lugar à administração, à técnica e ao poder econômico. A política transforma-se em disputa permanente pelo controle das estruturas de poder, enquanto a cultura passa a privilegiar o consumo, o entretenimento e a produção em massa.

Essa interpretação influenciou pensadores posteriores, ainda que muitos discordassem de seu determinismo histórico. José Ortega y Gasset, em *A rebelião das massas*, advertiu para o surgimento do homem-massa, pouco interessado na tradição intelectual, mas cada vez mais influente sobre as decisões públicas. Sigmund Freud, em *O mal-estar na civilização*, observou que o progresso material jamais eliminaria os conflitos internos do ser humano, pois toda civilização exige renúncias que frequentemente produzem frustrações e tensões.

Embora escritos em contextos diferentes, esses autores compartilhavam uma preocupação comum: o enfraquecimento dos elementos culturais e institucionais que sustentam uma sociedade. No século 21, novos fatores passaram a integrar esse debate. A globalização aproximou economias, pessoas e culturas em escala inédita. Para seus defensores, esse processo ampliou oportunidades econômicas, reduziu barreiras comerciais e fortaleceu a cooperação internacional. Para seus críticos, porém, também acelerou a perda de identidades nacionais, aumentou desigualdades percebidas em alguns setores e intensificou reações políticas em defesa da soberania e das tradições locais.

Outro tema frequentemente associado a esse debate é o chamado movimento "woke". O termo, originalmente ligado à conscientização sobre injustiças sociais e raciais, passou a ser utilizado de maneiras bastante diferentes no debate público. Seus apoiadores afirmam que representa um esforço por maior inclusão e reconhecimento de grupos historicamente marginalizados. Seus críticos sustentam que, em determinadas circunstâncias, essa agenda pode restringir o pluralismo de ideias, favorecer formas de censura social e reduzir espaços para o debate aberto. Independentemente da posição adotada, é evidente que essas transformações alimentam uma profunda disputa cultural em diversas democracias ocidentais.

No campo político, cresce também o debate sobre o funcionamento das democracias representativas. Spengler previa que o dinheiro exerceria influência crescente sobre a política. Atualmente, diferentes estudos apontam para a expansão do financiamento eleitoral, do lobby organizado, da influência das grandes plataformas digitais e da concentração de poder econômico em escala global. Essas questões aparecem hoje em democracias de diferentes orientações políticas e constituem objeto permanente de discussão entre cientistas políticos. Ao mesmo tempo, muitos países enfrentam uma crise de confiança institucional. Pesquisas internacionais mostram queda da confiança em governos, parlamentos, partidos políticos e meios de comunicação em várias democracias consolidadas. Essa desconfiança contribui para a ascensão de movimentos que propõem reformas profundas do Estado, tanto à direita quanto à esquerda do espectro político.

O Brasil não está isolado desse contexto. Polarização política, dificuldades econômicas recorrentes, baixa produtividade, desafios educacionais, violência urbana, criminalidade organizada e sucessivos escândalos envolvendo recursos públicos alimentam um ambiente de permanente tensão institucional. Chama atenção o empobrecimento do debate público. Redes sociais ampliaram extraordinariamente a circulação de informações e opiniões, mas frequentemente favorecem mensagens curtas, emocionais e polarizadas. Perdeu-se o fôlego intelectual. Umberto Eco observava que a abundância de informação não produz necessariamente mais conhecimento. Em vários ensaios, Eco alertou para o risco de a velocidade da circulação de conteúdos reduzir o tempo dedicado à leitura crítica e à assimilação das obras.

Essa percepção aproxima-se das inquietações formuladas por Spengler sobre a passagem de uma cultura criativa para uma civilização voltada predominantemente à técnica e ao consumo. Mais de 100 anos após a publicação de *O declínio do Ocidente*, permanece atual não exatamente sua conclusão, mas a pergunta que motivou sua obra: quais são os sinais de vitalidade de uma civilização e quais indícios revelam seu desgaste? A resposta continua aberta. É precisamente essa abertura que mantém viva a reflexão histórica e filosófica sobre o presente.

A frase que foi pronunciada

"Onde a ignorância reina, não há possibilidade de paz verdadeira. Dalai Lama"

História de Brasília

História de Brasília

A 15 de julho estarão voando no Brasil os novos Electra da Varig. Os super serão recolhidos e ficarão como aviões de carga. ***(Publicada em 22/5/1962)***